

## ***O JUIZ DE 1º GRAU É A PEÇA-BASE DO JUDICIÁRIO\****

---

**MINISTRO RAPHAEL DE BARROS MONTEIRO FILHO\*\***

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

Para o presidente do Tribunal Superior de Justiça, as Escolas da Magistratura têm a missão de preparar a peça mais importante do Poder Judiciário, o juiz de primeira instância, que é quem resolve quase a totalidade das demandas

Ministro do Superior Tribunal de Justiça desde a criação dessa Corte, em 1989. Raphael de Barros Monteiro Filho se formou em Direito na USP, na turma de 1962. Ex-funcionário do Tribunal Paulista, foi trabalhar como advogado, prestando concurso para a Magistratura em 1965. Iniciou sua trajetória como substituto em Santos, seguindo para a primeira entrância na Comarca de Paulo Faria, no ano seguinte. Sua segunda entrância o trouxe de volta ao litoral e a Itanhaém, em 1967, seguindo dali para Monte Aprazível. A quarta entrância o levou para Assis, onde permaneceu por três anos. Na capital, atuou na 1ª Vara Cível de 1972 a 1979, quando é alçado a juiz do Tribunal de Alçada Criminal, em 1979. Quatro anos depois era nomeado desembargador. Dez anos depois, em Brasília, torna-se um dos mais jovens ministros do recém-criado Superior Tribunal de Justiça. Eleito presidente dessa corte e do Conselho da Justiça Federal (biênio 2006-2008), é também presidente da Secretaria *Pro Tempore* da Cúpula Judicial Ibero-Americana. Para falar sobre sua trajetória e da organização da 14ª reunião dessa cúpula aqui no STJ, em Brasília, em março de 2008, o ministro Rafaphel de Barros Monteiro Filho recebeu a reportagem de *Diálogos & Debates*. A seguir, alguns dos melhores momentos dessa conversa:

**diálogos & debates** O senhor é de uma família de juristas. Seu pai chegou a ser seu professor?

---

\* Entrevista Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho

\*\* Aposentado do cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça a partir de 08/04/2008.

**Raphael Barros Filho** Meu pai sempre esteve muito ocupado com a profissão de magistrado, primeiro quando foi presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, depois como ministro do Supremo Tribunal Federal. Entre 1967 e 1974 ele foi para Brasília e fiquei em São Paulo. Meu tio, o professor Washington de Barros Monteiro, irmão de meu pai, foi juiz também. Ele chegou a ser desembargador, mas, como não podia haver dois irmãos no tribunal, aposentou-se e foi exercer a advocacia. Aprovado em concurso, assumiu a cadeira de Direito Civil da Faculdade de Direito. Foi um grande catedrático.

**diálogos & debates** O senhor terminou o curso da São Francisco e logo depois prestou concurso para a magistratura?

**Raphael Barros Filho** Não o prestei de imediato. Por volta de 1960 eu era funcionário do Tribunal de Justiça, trabalhava como auxiliar de gabinete do então presidente do Tribunal, Dr. Bento Chaves. Quando ele foi para o STF, continuei como auxiliar de gabinete do ministro Alberto Oliveira Lima. De 1961 a 1964 advoguei, e depois participei do departamento jurídico do Banco Novo Mundo, absorvido depois pelo Banco Econômico, que também não existe mais. Só fui prestar concurso em 1965.

**diálogos & debates** Foi difícil entrar?

**Raphael Barros Filho** Fui aprovado em quarto lugar no primeiro concurso que fiz, mas o ano foi atípico para a época. Havia muitas vagas e foram aprovados cerca de 80 candidatos. Hoje permanece esse problema: são muitas as vagas não preenchidas. O Tribunal de Justiça tem feito vários concursos, às vezes até dois por ano, mas na época era atípico. Quando meu pai fez concurso, por volta de 1936, abria-se uma vaga.

**diálogos & debates** Após aprovado no concurso, como foi a sua trajetória no Judiciário de São Paulo?

**Raphael Barros Filho** No dia 30 de junho de 1965 tomei posse como juiz substituto da circunscrição judiciária de Santos.

Iria permanecer ali por dois anos, mas por causa da falta de magistrados o tribunal diminuiu o tempo de experiência. A vitaliciedade, que ocorria após dois anos de exercício como juiz substituto, passou a ser adquirida em um ano. Isso permitiu que o juiz substituto já concorresse às comarcas de primeira entrância. Em 1966 vagou a comarca de Paulo Faria, na região de São José do Rio Preto, e acabei sendo nomeado. Era, e ainda é, uma comarca longínqua. Fiquei em Paulo Faria como titular por uns dez meses, quando me inscrevi para comarcas de segunda entrância. Fui para Itanhaém, onde tenho casa até hoje. Peguei uma comarca complexa e que englobava grande extensão territorial, de Praia Grande até Juquiá. Havia muitas questões de posse, envolvendo os proprietários das fazendas de cultivo de banana.

**diálogos & debates** Essa questão da posse de terra é um dos traços comuns a todo o Vale do Ribeira, ao que parece.

**Raphael Barros Filho** Sim, porque é uma região de nível econômico baixo e com muita dificuldade de locomoção das pessoas. Os trabalhadores rurais pegavam um trem, que ia de Juquiá a Santos. Além disso, o cartório de Itanhaém era mal organizado, sem estrutura. Tive problemas disciplinares com um escrivão, o que é desagradável. Foi um período de trabalho intenso. Nessa época meu pai era vice-presidente do Tribunal de Justiça e me ligou perguntando se eu queria acumular São Vicente. Disse que infelizmente não poderia, senão não trabalharia bem em nenhuma das duas comarcas. Depois fui promovido para Monte Aprazível. O Secretário de Justiça da época me perguntava: "Mas o senhor quer ir para Monte Aprazível?" Eu disse que sim, pois já não suportava os transtornos que a comarca de Itanhaém causava.

**diálogos & debates** Monte Aprazível foi uma das maiores comarcas do Estado no começo do século passado.

**Raphael Barros Filho** Sim, com uma extensão territorial ainda maior que a de Itanhaém. Abrange, por exemplo, General Salgado, Auriflama, Buritama, Junqueira, Macaúbas, Major Prado. Mas fiquei pouco tempo ali, pois em 1969 me transferi para Assis. Foi um período mais longo, por ser uma quarta entrância, dali só poderia ser promovido para a capital, o que aconteceu em 1972. Fui para a 1ª Vara Cível, onde fiquei até 1979, também acumulando a 1ª Zona Eleitoral. A acumulação foi de certa maneira favorável porque ficava no plantão eleitoral a cada três meses. Nesse momento me desligava da vara, o que amenizava um pouco o rigor do trabalho, sempre muito pesado.

**diálogos & debates** O senhor exerceu alguma atividade como docente?

**Raphael Barros Filho** Não. Nunca cogitei nem procurei. Também não tive tempo de fazer um curso de pós-graduação, pois me dediquei inteiramente ao Judiciário. O volume de processos realmente não permite.

**diálogos & debates** Nesse período até chegar a capital, o senhor teve de administrar ou intervir em algum problema grave?

**Raphael Barros Filho** Não. Embora a minha judicatura de primeiro grau tenha ocorrido na época do regime de exceção, nunca tive problema, nem mesmo com relação à intervenção estranha. Foi um período de tranqüilidade. Apenas uma vez, em Assis, um advogado foi à tribuna dizer que vivia sob uma situação de ameaça, e que seria preso tão logo terminasse o júri, provavelmente por investigação do Exército. Mas no fim não aconteceu nada. Também não houve problemas na Justiça Eleitoral. Presidi uma eleição estadual que decorreu de modo tranqüilo. Posso dizer que minha trajetória como juiz no Estado de São Paulo foi boa, pois adquiri experiência. Se por um lado não deu para estudar a teoria, pelo menos tive tempo para estudar os processos sob minha responsabilidade. Aprendi, e muito, com a prática.

**diálogos & debates** Como o senhor chegou a desembargador?

**Raphael Barros Filho** Em 1979 houve uma ampliação dos Tribunais de Alçada e fui nomeado para o de Alçada Criminal, onde permaneci até 1983. Uma nova ampliação, no Tribunal de Justiça de São Paulo, elevou o número de desembargadores, e fui promovido. Até 1989 estive na 19ª Câmara Cível da segunda sessão, mais conhecida como de direito público, examinando sobretudo questões do direito tributário.

**diálogos & debates** O senhor participou de alguma associação, como a Apamagis?

**Raphael Barros Filho** Apenas fui associado. Não tive participação na diretoria, sempre fui um pouco avesso a atividades paralelas. Mesmo na faculdade não tive participação política. E a Faculdade de Direito do Largo São Francisco era efervescência em matéria política, até mesmo interna. O Michel Temer, meu contemporâneo na USP, foi secretário do Centro Acadêmico 11 de Agosto. Mas nunca tive atividade política. Não tanto por me dedicar muito ao estudo, fui apenas um estudante regular, mas porque trabalhava no Tribunal de Justiça e isso me tomava tempo. Trabalhava à tarde, fazia o curso noturno, chegava em casa cansado, e de manhã tinha de estudar.

**diálogos & debates** E como o senhor chegou a Brasília?

**Raphael Barros Filho** Fui procurado pelo meu irmão, que na época trabalhava na Consultoria da República com o ministro Saulo Ramos. A Constituição Federal de 1988 estava sendo votada e em vias de promulgação e ele me sondou se eu gostaria de integrar o Superior Tribunal de Justiça, pois se cogitava armar uma nova corte em substituição ao antigo Tribunal Federal de Recursos. Fiquei surpreso com o convite e até não o levei muito em consideração. Não fechei as portas, mas confesso que relutava em pleitear a indicação. Estava em uma

situação tranqüila, em casa e no tribunal, com uma vida metódica: tinha sessões às segundas-feiras, e eventualmente uma sessão às quartas ou sextas. O resto da semana ficava trabalhando em casa.

**diálogos & debates** Mas seu irmão insistiu na sua candidatura, certo?

**Raphael Barros Filho** Sim, ele começou a falar com um colega do Tribunal Federal de Recursos e a abrir caminho tanto na esfera do Executivo quanto na do Judiciário. Eram sete vagas, o antigo Tribunal Federal de Recursos indicaria os nove ministros para compor as listas. Aí começou uma verdadeira luta, tive de ir a Brasília, fazer visitas. Acabei ficando entre os sete, pois acabou prevalecendo a opção por mim, por ser o único representante de São Paulo. Claro que também deve ter pesado o fato de meu pai ter sido ministro do STF.

**diálogos & debates** Como é chegar em um tribunal recém-criado, sem rotinas, com tudo por criar?

**Raphael Barros Filho** O Superior Tribunal de Justiça se instalou no dia 7 de abril de 1989, com a posse dos ministros que vinham do Tribunal Federal de Recursos, e em 18 de maio a composição foi completada com os sete novos ministros, eu inclusive. A primeira providência foi a redação do regimento interno, que durou até o final de junho, e nossa primeira sessão de turma ocorreu em agosto de 1989. Começamos compondo a quarta turma, a segunda sessão. O presidente era o ministro Romildo Bueno de Souza. Eu tinha 50 anos e era o mais novo não só da turma como do próprio tribunal.

**diálogos & debates** A vantagem de ingressar jovem é o tempo para acumular bagagem, como ensinava o desembargador Demóstenes Braga.

**Raphael Barros Filho** Estou parcialmente de acordo, pois acredito que aos 50 anos os institutos jurídicos ainda não estão bem definidos no nosso cabedal. Com essa idade a gente faz idéia do direito de modo geral, mas não tem a visão ampla. Sofri um pouco com a inexperiência e com a mudança de cidade e de tribunal. Há uma diferença enorme entre julgar no Tribunal de Justiça de São Paulo e julgar no STJ, sobretudo nos modos e costumes. No Tribunal de Justiça há debates, mas o julgamento é mais solene, formal. O desembargador relator lê seu voto, depois se colhe o voto, e por aí vai. No STJ os julgamentos são orais e com debates muito vigorosos. Cada ministro tem de desenvolver seu voto oralmente, coisa para a qual não estava preparado. Havia saído de um ambiente mais calmo, tive de desenvolver essa habilidade com o tempo. Nesse ponto talvez tenha me ressentido da falta da experiência docente, pois tinha os conceitos na minha cabeça de maneira genérica. Não tinha bagagem teórica. Em São Paulo era especificamente juiz, mas no STJ o juiz tem de ser jurista também. Tem que ser doutrinador, e conseguir essa capacitação me custou muita leitura, muito sofrimento pessoal. Estudei muito para acompanhar os colegas.

**diálogos & debates** O clima no STJ é de discussão?

**Raphael Barros Filho** É um tribunal rico em debates e troca de informações, essencial em um julgamento colegiado. O volume de serviço prejudica um pouco. No começo foi mais tranquilo. No início examinávamos caso a caso, inclusive os agravos de instrumento e regimentais interpostos contra as decisões. Examinávamos um a um e discutíamos tanto que éramos conhecidos como turma pente-fino, ou seja, que não deixava passar nada. Com os anos os processos foram aumentando de forma avassaladora.

**diálogos & debates** Houve demora para entender as competências do STF e do STJ?

**Raphael Barros Filho** Isso ocorre em toda modificação de cunho legislativo. Hoje está mais acertada. Uma das preocupações dos primeiros integrantes do STJ foi saber o que era da competência do Supremo e o que passava de imediato para o STJ. Eu mesmo julguei uma massa enorme de processos que foram primitivamente recursos interpostos como extraordinários, e depois convertidos em recursos especiais. Foi uma fase difícil.

**diálogos & debates** Como é sua atual experiência com a organização das reuniões de cúpula latino-americana?

**Raphael Barros Filho** Entre as atividades do STJ está representar o Brasil na Cúpula Judicial Ibero-Americana. Vamos realizar a 14ª reunião dessa cúpula aqui no STJ, em Brasília, em março de 2008. Fomos escolhidos para a secretaria temporária da cúpula em eleição ocorrida em Santo Domingo, na República Dominicana. Agora estamos empenhados em organizar essa 14ª cúpula, para a qual foram estabelecidos nove pontos de trabalho, cada um analisando um tema escolhido pelo plenário da cúpula. Atualmente estão sendo realizadas as reuniões desses grupos de trabalho, que serão assessorados por pessoas qualificadas na produção de um estudo concreto. Esse produto final será debatido e aprovado na cúpula.

**diálogos & debates** Quais são os temas desses grupos de trabalho?

**Raphael Barros Filho** O tema principal é o acesso das pessoas menos favorecidas à Justiça, porque o lema da cúpula é o futuro da Justiça, a modernização e a inclusão social. Há um estudo para integrar à cúpula uma organização chamada Euro-Social, que se preocupa com a coesão social. A Venezuela propôs, nessa reunião preparatória, a criação da Universidade Ibero-Americana, projeto que apresenta grandes dificuldades. É uma proposta muito complexa e que exige esforços e recursos de natureza financeira e humana. A Venezuela se dispõe a



organizar e de certa maneira a financiar essa universidade, mas sabemos que isso é algo que precisa ter mais concretude. Por enquanto está apenas no plano das idéias.

**diálogos & debates** Pelo contato que o senhor tem tido com membros do Judiciário de outros países, comparativamente como está o Brasil?

**Raphael Barros Filho** Aprende-se muito nesse intercâmbio com os países ibero-americanos, mas posso dizer que o Brasil está avançado principalmente na área da tecnologia da informação, na informatização dos processos judiciais. Temos sido procurados para fazer apresentações sobre o processo eletrônico, pois há um grande esforço de informatização dos processos judiciais nos juizados federais e especiais. Para se ter uma idéia da evolução tecnológica, quando cheguei ao STJ, primeiro redigia os votos à mão, depois levei minha máquina de escrever, e desde 1998 mais ou menos estamos com a informática plenamente instalada no Tribunal de Justiça. Isso traz facilidades não só para os próprios magistrados ou servidores do tribunal, mas sobretudo para os usuários, tanto as partes quanto os advogados. Nossa meta é implementar em poucos meses a petição eletrônica. Por meio eletrônico, o advogado requer no Tribunal de Justiça sem necessidade de locomoção e sem necessidade de obter cópia. Tendo a assinatura digital, ele vai poder peticionar no tribunal diretamente de seu escritório ou residência.

**diálogos & debates** O próprio edifício do STJ transmite modernidade.

**Raphael Barros Filho** Recebemos a visita do presidente do Tribunal Supremo da Espanha, Don Francisco José Hernando Santiago, e ele comentou que achara o prédio STJ mais imponente que o do STF. A nossa assessoria de comunicação, de responsabilidade do Dr. Armando Cardoso, é um exemplo para os tribunais. E a tecnologia também quebra paradigmas, modificando até o antigo sistema de taquigrafia. Mas

enfrentamos resistência em todos os setores. Há resistência de servidores e de ministros, muitos dizem que não prescindirão da subida dos processos fisicamente aplicados no tribunal. A nossa idéia é de que num primeiro momento os processos possam vir ao STJ de maneira virtual, e, se o ministro entender que a complexidade do caso justifica a subida, ele requisita o processo e com isso está resolvido o problema. A maior dificuldade do STJ é o volume de serviço, realmente desumano, acima da capacidade de qualquer julgador. Em números gerais, o STJ recebeu no ano passado 260 mil processos para 30 julgadores, porque o presidente, o vice, o coordenador geral da Justiça Federal e o corregedor nacional de Justiça não recebem distribuição. Só no último mês de janeiro, em que o tribunal ficou paralisado, houve a distribuição de 29.151 processos. Não tem como um ministro ou juiz receber 1.300 processos por mês, 13 mil ao ano. A própria qualidade do julgamento cai.

**diálogos & debates** Como o senhor vê o momento atual da magistratura?

**Raphael Barros Filho** Vejo perspectivas muito boas, todos os Estados têm suas escolas de formação, assim como os Tribunais Regionais Federais. Estamos em vias de instalar a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, criada pela emenda constitucional 45 no artigo 105. Essa escola funcionará junto ao STJ e ditará as diretrizes gerais para as escolas de formação de juizes em todo o Brasil. É um passo importante, pois haverá uma estrutura, regras mínimas, normas gerais que atendam à efetiva formação do magistrado.

**diálogos & debates** O que o senhor diria para um juiz que está começando carreira em Itanhaém, Assis ou Monte Aprazível?

**Raphael Barros Filho** Considero que o verdadeiro julgador é aquele que conhece plenamente os fatos e as circunstâncias da causa e fez a oitiva das testemunhas. 80% dos litígios terminam em primeiro

grau, então o juiz do primeiro grau é a peça mais importante do Poder Judiciário.